

O DIREITO QUE CRESCE COMIGO¹

Carla Camila Santos Silva

Graduanda do curso de Pedagogia e Bolsista de Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) URCA- Universidade Regional do Cariri

carla.camila195@gmail.com

Ana Beatriz Pedroza Cirne

Graduanda do curso de Direito e Bolsista de Extensão Pró- reitoria de extensão (PROEX) URCA- Universidade Regional do Cariri

pedrozacirne@gmail.com

Francisca Clara de Paula Oliveira

Professora Doutora Efetiva do Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA

francisca.clara@urca.br

RESUMO

Este artigo é resultado de um projeto de extensão, intitulado como O direito que cresce comigo, realizado pela Universidade Regional do Cariri (URCA), no ano de 2014, juntamente com o alunato do curso de Direito e de Pedagogia. Visa de uma forma criativa e interativa, conscientizar as crianças e aos adolescentes, alunos do ensino fundamental de uma escola pública e de uma escola particular do município Crato/CE e Brejo Santo/CE, respectivamente, quanto aos seus direitos e deveres estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, além de estender para a sociedade os estudos e as reflexões realizadas pela URCA. A metodologia de trabalho foi realizada através de estudos sobre a temática para o momento das intervenções. Foi possível perceber que existia uma diferença de informação entre as crianças e os adolescentes da rede privada para a rede pública.

Palavras- chave: Direito. Educação. Escola. ECA.

¹ Conclusão do projeto de extensão intitulado “O direito que cresce comigo”, elaborado por a graduanda do Curso de Direito Ana Jéssica Pereira Alves. Pela Universidade Regional do Cariri-URCA.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Brasil, por se tratar de um país em desenvolvimento e por ser palco de grandes desigualdades sociais, sempre enfrentou dificuldades quanto à proteção integral das crianças e dos adolescentes. Instituída no dia 13 de julho de 1990, a Lei 8.069/90, que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fundamenta-se pela Doutrina da Proteção Integral e assegura ao seu público alvo a possibilidade de um exercício pleno da cidadania, além de prevê medidas protetivas e socioeducativas aos adolescentes, garantindo assim não só os direitos básicos, mas também a preocupação com a reeducação e a inclusão na sociedade do menor infrator, que não acontecia anteriormente.

Atualmente, ainda que haja a proteção jurídica às crianças e aos adolescentes por meio da Lei 8.069/90, é notória a dificuldade de acesso às garantias asseguradas. Cada vez mais cenas de desrespeito, de violência aos direitos infanto-juvenis se repetem e, por isso, a responsabilidade de cumprimento da Lei para a segurança do menor, transpassa das mãos do Estado para as mãos dos cidadãos brasileiros. Para a realização do projeto de extensão, buscou-se um público alvo de realidades teoricamente diferentes, “rotulados” pelo caráter da instituição de ensino a qual pertencem (pública e privada), com o intuito de analisar possíveis diferenças devido ao nível social modificado e assim demonstrar o desequilíbrio no acesso às informações, quanto às obrigações e os direitos previsto em Lei, pelos diversas classes sociais dentro de uma mesma sociedade.

Dessa forma, o projeto de extensão “O Direito que cresce comigo” elaborado por Ana Jéssica Pereira Alves, estudante do Curso de Direito na Universidade Regional do Cariri- (URCA), foi submetido a uma seleção de bolsas da Pró- Reitoria de extensão, e obteve aprovação com direito a duas bolsas beneficiando dois estudantes da graduação. Dado a natureza interdisciplinar do mesmo, participaram da execução do projeto as discentes: Ana Beatriz Pedroza Cirne e Carla Camila Santos Silva dos Cursos de Direito e Pedagogia da Urca. O projeto visa, através de meios criativos e alternativos, contribuir com a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas escolas. A linha metodológica escolhida para este trabalho foi a dialética pelo princípio da ação-reflexão-ação, pois a ideia era dar continuidade a este projeto formando “monitores mirins do ECA” nas escolas. Neste sentido, buscou-se os métodos da pesquisa social com a escuta das narrativas das crianças e dos adolescentes sobre o ECA. Escutar as crianças e adolescentes foi um momento muito enriquecedor para todos nós que participamos do projeto, principalmente porque esta escuta se deu após a participação destes pequenos sujeitos nas atividades lúdicas organizadas

pelo projeto (jogo e a boneca). Esta metodologia nos possibilitou refletir com as crianças e os adolescentes sobre os conteúdos que dão sustentação jurídica e pedagógica ao ECA. Este processo foi o tema de nossos diálogos os artigos previstos e o impacto social na formação dos mesmos. Nosso objetivo foi também tornar as crianças e os adolescentes envolvidos no projeto conhecedores dos seus direitos e deveres para que assim possam colocá-los em prática na sua vida cotidiana pela construção de uma sociedade mais justa, esclarecida e democrática.

DESENVOLVIMENTO

O referido projeto de extensão foi desenvolvido com o auxílio da Escola Educandário Aurélio Buarque, de ensino privado, localizada na Rua Jose Inácio de Lucena, no centro de Brejo Santo – Ceará e da Escola Polivalente Governador Adauto Bezerra, de ensino público, localizada na Rua Marcos Macedo, bairro Seminário no município do Crato. Desenvolvendo também encontros bibliográficos, como leitura e discussão do Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA) pelas participantes e pela coordenadora, e reuniões com o propósito de estruturar e programar as etapas extensivas do projeto.

Basicamente foram selecionadas duas escolas, uma pública e outra privada, a fim de demonstrar qualquer possível modificação devido a diferenciação do caráter institucional. À princípio, quatro etapas seriam desenvolvidas igualmente em cada uma, mas na prática os colaboradores sentiram a necessidade de haver algumas modificações.

As quatro etapas se subdividiram em, respectivamente: a) cena impactante; b) apresentação do conteúdo do ECA por meio de slides, paralelamente a execução de uma paródia e de uma dinâmica; c) aplicação do jogo educativo de tabuleiro sobre os ensinamentos do ECA; d) debate e encerramento por meio de uma reflexão alternativa. Como já exposto, algumas etapas foram executadas de forma diferente por se tratar de um campo amostral e realidades diversas uma da outra, a primeira etapa e a última se enquadraram nessa situação.

A primeira etapa, na instituição de Brejo Santo, consistia na exposição para todos os alunos de um cenário composto por uma boneca, supostamente com características de um “menor abandonado”, que carregava consigo uma caixa de bombons, fazendo alusão ao trabalho infantil, onde ao lado encontrava-se uma caixa com papeis e canetas para que os alunos impactados pudessem expressar a sua opinião.

A quarta etapa houve apenas o acréscimo da confraternização da Escola Polivalente Governador Adauto Bezerra, devido a necessidade de integração e de fraternidade entre os alunos e também para com os colaboradores do projeto.

Devido ao objetivo de atingir também o público adolescente, pensou-se em modificar a cena impactante na escola do município do Crato. A primeira etapa, consistiu, então, em uma peça teatral em que duas alunas do curso de Pedagogia da URCA encenaram situações de violência contra os direitos infanto-juvenis, representando cenas de maus tratos e estupro, por exemplo. Além de que, devido a quantidade de alunos no total da escola, não foi possível a apresentação para todos, mas mantiveram-se os papéis e as canetas para que os alunos pudessem expressar as suas opiniões.

Com vigência de junho de 2014 a abril de 2015, período de 10 meses, o projeto obteve seus dois primeiros meses de duração dedicados a readaptação do cronograma para a visita às escolas escolhidas e para o estudo do ECA pela coordenadora e pelas bolsistas participantes, buscando embasar com aspectos jurídicos e pedagógicos a atuação na sociedade. Apenas em agosto de 2014, deu-se início ao convívio direto com o público-alvo das escolas, permanecendo até dezembro do mesmo ano com as visitas e nos meses seguintes a organização para a estruturação de um relatório final e para a fundamentação absorvida durante a aplicação e com leituras bibliográficas para uma possível publicação de artigo científico na área.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aplicado nas instituições de ensino selecionadas no período de agosto de 2014 até dezembro do mesmo ano, por meio das quatro etapas já dispostas cronologicamente. Os dados absorvidos primeiramente foram os já esperados desde a fundamentação do projeto de pesquisa: há uma carência de informação quanto aos direitos e deveres do público infanto-juvenil da sociedade, além de que a parcela que possui essa característica está colocada em um nível social privilegiado.

A diferenciação quanto o caráter público e privado das instituições, foi comprovado durante o desenvolvimento do presente projeto de extensão. Os alunos da escola de Brejo Santo, apesar de apresentarem uma menor faixa etária em relação a escola do município do Crato, demonstraram um maior conhecimento quanto as normas previstas na Lei 8.069/90, além de uma crença maior na eficácia da justiça e na possibilidade de uma sociedade mais equilibrada quanto aos direitos e deveres dos cidadãos. Talvez pela realidade mais difícil e menos oportunista, os alunos da escola pública posicionaram-se de forma totalmente contrária.

Dentro dessas circunstâncias, fez-se necessário um desdobramento maior por parte das bolsistas e da coordenadora do projeto quando a Escola Polivalente Governador Adauto Bezerra. O desenvolvimento dos alunos ao longo das visitas, sinalizava a eficácia do “O Direito que cresce comigo”, que foram tirando suas dúvidas e despertando o interesse de sempre querer saber mais sobre seus direitos e deveres perante a sociedade.

Apesar de todo contexto social, cultural e econômico que envolve o contexto educativo, a mudança nos participantes, cujo o projeto trabalhou constantemente, quanto ao conceito de justiça e/ou quanto ao acesso das informações dispostas, o Estatuto atingiu a proporção esperada, graças a entrega e as modificações feitas ao longo do decorrer para que houvesse uma melhor integração e adaptação aos participantes.

Após o término, levanta-se a discussão de novos objetivos específicos, porém mantendo o mesmo objetivo geral de transmitir para o público infanto-juvenil, assim como para os cidadãos brasileiros em geral, de uma forma criativa e interativa, a responsabilidade de uma sociedade mais justa e equilibrada, da mesma forma que é para com o poder estatal.

CONCLUSÕES

Percebeu-se que a ideia de envolver as crianças nas atividades lúdicas criou as pontes para o diálogo, pois foi através das atividades (o jogo e a boneca) que os participantes se sentiram mais confortáveis para falar suas opiniões do que acharam das atividades realizadas e o que compreenderam a respeito do ECA. A ludicidade é um recurso pedagógico sério e responsável, com métodos de ensino diferenciados, que quando utilizado chama a atenção das crianças, fazendo com que as mesmas possam sentir prazer e satisfação no processo ensino\aprendizagem.

Dessa forma, durante os 10 meses de duração do projeto de extensão “O Direito que cresce comigo”, percebeu-se o quão válido foi a sua execução ao analisar os relatos do público-alvo antes e ao final da aplicação do projeto, almejando todos os objetivos lançados. Além do ganho acadêmico e da transferência dos conhecimentos adquiridos na URCA para a sociedade, aos olhos daqueles que quase não tem ou não sabem que tem seus direitos assegurados, as visitas representavam uma crença na justiça e em uma sociedade mais igualitária de oportunidades.

Através do desenvolvimento, com o ganho de intimidade dos participantes, “O Direito que cresce comigo” conseguia atingir não apenas os alunos presentes, mas, muitas vezes, pessoas do conhecimento dos alunos que passavam diariamente por situações de desrespeito e insegurança.

Com a finalização do projeto e o relato do público – alvo, sentiu-se uma necessidade e imaginou-se uma possibilidade de tornar os próprios alunos em monitores do Estatuto da Criança e do Adolescente dentro de sua própria instituição, para que os mesmos, além de assegurados pelo ECA, se sentissem também responsáveis pela manutenção do bem-estar social e da justiça em toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Helio; CABRAL, Edson Araújo; GARCÍA, Margarita Bosch; PORTO, Paulo César Maia; NEPOMUCENO, Valeria; NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **Sistema de Garantia de Direitos: Um Caminho para a Proteção Integral**. Recife: CENDHEC, 1999

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005

LIMA, Patrícia Alves de. **Freinet e a ludicidade na educação infantil**. 2010. 21f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em educação infantil) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

NOGUEIRA FILHO, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. São Paulo: Saraiva, 1998